



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH  
CAMPUS VI - CAETITÉ  
COLEGIADO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANA BEATRIZ DOMINGUES PIMENTEL**

**ENTRE RUÍNAS E MEMÓRIAS: O SOLAR DOS BARROS E OS DESAFIOS DA  
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM MUTÃS/GUANAMBI-BA**

**CAETITÉ – BA  
2025**

**ANA BEATRIZ DOMINGUES PIMENTEL**

**ENTRE RUÍNAS E MEMÓRIAS: O SOLAR DOS BARROS E OS DESAFIOS DA  
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM MUTÃS/GUANAMBI-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade do Estado da Bahia – Departamento  
de Ciências Humanas Campus VI, como requisito  
para obtenção do título de Licenciada em História.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lielva Azevedo Aguiar

**Coorientadora:** Ma. Gabriela Garcia Prates  
USJT/SP

**CAETITÉ – BA  
2025**


**ANA BEATRIZ DOMINGUES PIMENTEL**

**ENTRE RUÍNAS E MEMÓRIAS: O SOLAR DOS BARROS E OS DESAFIOS DA  
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM MUTÃS/GUANAMBI-BA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de  
Licenciada em História na Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em 01 de dezembro de 2025, com nota 10,0.


**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **LIELVA AZEVEDO AGUIAR**  
Data: 12/01/2026 18:30:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lielva Azevedo Aguiar**


Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

Documento assinado digitalmente  
 **ZEZITO RODRIGUES DA SILVA**  
Data: 13/01/2026 15:55:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Zezito Rodrigues da Silva**


Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIELA GARCIA PRATES**  
Data: 13/01/2026 10:01:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Ma. Gabriela Garcia Prates**

Universidade São Judas USJT/SP

Documento assinado digitalmente  
 **JULIANA FREITAS**  
Data: 12/01/2026 13:44:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Ma. Juliana Freitas**

Universidade de São Paulo USP/MAE

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a alma mais linda que eu já conheci. Hoje existente no plano espiritual. Sempre dando sinais de que sempre está comigo. Todo o meu futuro me baseei na sua presença física. Desde que você se foi eu tive que me adaptar a sua ausência. Obrigada dona Lindenir – Nini (*in memoriam*). A senhora nunca saiu de mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, aos Orixás e à espiritualidade, por me orientarem, guiarem e protegerem em toda esta caminhada.

Agradeço imensamente a mim que sempre almejei a universidade pública sabendo que ali teria um lugar o qual eu deveria ocupar que me levaria ao encontro de um mundo mágico. Agradeço à docência por ter me escolhido, a História por nunca me deixar corromper pelo mundo externo e sempre reafirmar os meus valores e princípios, sempre soube que estive do lado da História, dos trabalhadores, marginalizados, subalternos. Tenho orgulho de quem eu sempre fui e me tornei, através da universidade sobretudo pública reafirmei a minha humanidade.

Aos meus pais, Elcilene e Jânio, expresso minha gratidão mais profunda, por terem me acolhido em todos os momentos de incerteza, quando pensei em desistir e acreditei que este caminho não era para mim. Foram eles que me deram discernimento e força para continuar.

Aos meus pais, novamente, minha gratidão eterna. Foram eles que me moldaram, me apresentaram à educação e me mostraram que a docência é um chamado. Minha mãe, mulher fantástica, dona de casa, professora formada em magistério, que criou três filhos com coragem, esforço e amor. Meu pai, professor da educação básica, fruto da universidade pública, que sempre proveu o lar e me deu oportunidades que jamais esquecerei. Tudo o que sou hoje devo a eles, por cada ensinamento, cada puxão de orelha, cada gesto de amor, cuidado e dedicação. Sou fruto da educação que recebi, foi ela quem me faz chegar até aqui e me orgulho imensamente disso.

Aos meus irmãos, Ariadna e Wenderson, minhas almas gêmeas nesta vida e em outras, agradeço por cada gesto de amparo, pelas palavras de conforto e pela presença constante em todos os momentos. Somos extensões uns dos outros, frutos do mesmo amor e da mesma criação que recebemos de nossos pais. Nada do que eu disser será suficiente para expressar a importância que eles têm na minha vida. Foram meus primeiros amigos, meus confidentes e meus portos seguros. Em cada conquista, em cada queda e recomeço, eles estiveram presentes, compartilhando alegrias, dores e sonhos. Crescemos juntos, aprendendo a ser quem somos, e levo comigo o orgulho e o amor de ter irmãos que são parte essencial da minha trajetória e da pessoa que me tornei.

Ao meu namorado, Raian, que em todos os momentos me acolheu, me apoiou e acreditou em mim, mesmo quando eu mesma duvidava. Obrigada por reafirmar que a docência é meu caminho e que nasci para ela. Seu coração gentil acompanhou cada passo meu.

Aos meus amigos Stefani, Andrew, Líslei que caminharam comigo ao longo desta trajetória acadêmica, minha gratidão sincera. Desde o início, esta vida acadêmica sempre foi meu sonho, e cada amizade construída e fortalecida deu novo sentido a essa caminhada. O caminho até aqui foi árduo, cheio de desafios e provações. Mas caminhar ao lado de pessoas queridas tornou o fardo mais leve e possível de carregar. Não posso citar todos os nomes, mas cada um que esteve comigo, de alguma forma, saberá que é parte desta conquista.

À minha avó, dona Nini, que partiu em 2017, mas jamais deixou de estar presente em minha vida. Mesmo na ausência física, sempre esteve ao meu lado, acompanhando-me, protegendo-me e me acalmando. Sonhei em tê-la comigo em cada conquista, ouvir seu aplauso e sentir seu orgulho, mas tenho certeza de que, na espiritualidade, permanece presente e celebra comigo este momento.

À minha coorientadora Gabriela, agradeço pela generosidade em partilhar seu tempo e energia, sempre disponível para me orientar, apoiar e socorrer quando precisei, uma parceria mágica que levarei para a vida.

À minha orientadora, professora Lielva, minha admiração e respeito. Uma profissional fantástica, um ser humano gentil e inspirador. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado, pelas orientações pacientes, pelas tardes de estudo, pelas noites difíceis, pelas crises e pelas superações. Cada esforço, cada renúncia e cada conselho foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

À Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus VI, que me acolheu e mostrou o caminho potente que é estar num espaço que é nosso, que é movimento.

## RESUMO

Este trabalho investiga o Solar dos Barros, localizado no distrito de Mutãs, município de Guanambi (BA), analisando-o como patrimônio histórico, social e simbólico que expressa a memória coletiva e a identidade local. Construído na década de 1960 por Osvaldino José de Souza, o casarão — conhecido popularmente como “Casarão de Mutãs” — representa um marco arquitetônico e afetivo para a comunidade, atualmente em estado de ruína. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou um formulário online aplicado aos moradores do distrito, buscando compreender as percepções sobre o valor e o significado do patrimônio. Com base em autores como Halbwachs, Nora, Pollak e Gonçalves, discute-se o patrimônio como construção social e campo de disputas simbólicas, em que memória, história e poder se entrelaçam. A análise revelou que, embora o casarão seja amplamente reconhecido pela população como espaço de pertencimento e identidade, ele sofre com o abandono e a falta de políticas públicas de preservação. Conclui-se que o Solar dos Barros ultrapassa sua materialidade, configurando-se como um lugar de memória e resistência cultural. Sua preservação demanda políticas integradas e participação comunitária para garantir a continuidade da memória e do patrimônio histórico local.

**Palavras-chave:** Memória. Patrimônio. Solar dos Barros.

## ABSTRACT

This study investigates Solar dos Barros, located in the district of Mutãs, municipality of Guanambi (BA), analyzing it as historical, social, and symbolic heritage that expresses collective memory and local identity. Built in the 1960s by Osvaldino José de Souza, the mansion — popularly known as “Casarão de Mutãs”— community an architectural and emotional landmark for the community, currently in a state of ruin. The qualitative research used an online form to district community, seeking to understand perceptions about the value and meaning of heritage. Based on authors such as Halbwachs, Nora, Pollak, and Gonçalves, heritage is discussed as a social construction and field of symbolic disputes, in which memory, history, and power are intertwined. The analysis revealed that, although the mansion is widely recognized by the population as a space of belonging and identity, it suffers from neglect and a lack of public preservation policies. It is concluded that Solar dos Barros transcends its materiality, constituting itself as a place of memory and cultural resistance. Its preservation requires integrated policies and community participation to ensure the continuity of memory and local historical heritage.

**Keywords:** Memory. Heritage. Solar dos Barros.

## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. CAPÍTULO I - O SOLAR DOS BARROS: contexto histórico e arquitetônico.</b>	<b>12</b>
<b>3. CAPÍTULO II – AS MEMÓRIAS MUTANENSES ACERCA DO SOLAR DOS BARROS: Os diversos usos do patrimônio.....</b>	<b>19</b>
<b>4. CAPÍTULO III - ENTRE A RUÍNA E A ESPERANÇA: a problemática da preservação e restauração do Solar dos Barros.....</b>	<b>24</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a complexa problemática que envolve a preservação e a restauração do Solar dos Barros, expondo as tensões existentes entre abandono e esperança, ruína e revitalização. O imóvel foi construído na década de 1960 por Osvaldino José de Souza, que ali residiu, juntamente com sua esposa, dona Maura, e sua família, por muitos anos. O patrimônio em questão trata-se de um imóvel que foi adquirido e posteriormente devolvido pelo poder público municipal de Guanambi<sup>1</sup> ao distrito de Mutãs<sup>2</sup>, durante a gestão da prefeita Sizaltina Rodrigues Donato (1997–2000) – primeira e, até o momento, única mulher a ocupar o cargo de prefeita do município, natural e moradora do distrito –, em meados dos anos 2000. Considerado um patrimônio histórico local, ainda sem tombamento, o bem é popularmente conhecido como “Casarão de Mutãs” pelos moradores da localidade.

Diante das discussões que orientam esta pesquisa, definiu-se como um dos métodos utilizados a aplicação de um formulário online via Google Forms, estruturado em 13 questões objetivas, as perguntas foram elaboradas com o intuito de abarcar elementos específicos do patrimônio local e também aspectos gerais relacionados ao distrito de Mutãs. As narrativas resultantes desse instrumento não serão consideradas apenas como dados informativos, mas como fontes que possibilitam a abertura de um leque de análises fundamentais para a compreensão das representações acerca do patrimônio pesquisado em questão, especialmente no que se refere à memória coletiva e à oralidade.

Nesse sentido, ao analisar as percepções e experiências narradas pela comunidade, torna-se imprescindível estabelecer um diálogo entre o olhar social sobre o patrimônio e os dispositivos legais que o regulamentam. Essa articulação possibilita compreender até que ponto as políticas públicas de preservação conseguem abarcar as dimensões simbólicas e afetivas atribuídas pelos sujeitos ao seu espaço de vivência. Assim, a leitura das narrativas locais deve ser entendida não apenas como expressão da memória coletiva, mas também como parâmetro crítico para avaliar a efetividade das leis e instrumentos institucionais de proteção do patrimônio cultural.

No âmbito estadual temos a Lei nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003 e o Decreto nº

---

<sup>1</sup> Guanambi, por sua vez, em 1870, iniciou-se como povoado em uma parte da fazenda Carnaíba, doada pelo senhor Joaquim Dias Guimarães à freguesia subordinada à paróquia de Monte Alto, onde foi erguida a primeira Igreja. Mais tarde, esse espaço receberia o nome de Beija Flor. (Enciclopedia dos municípios brasileiros, 1950, p. 258)

<sup>2</sup> De acordo com a Lei Nº 628 de 30 de dezembro de 1954 – Divisão Territorial Administrativa do Estado da Bahia que entrou em vigor em 1954 a 1958 – em que o distrito de Mutãs “ex-Itaguassu” passou a pertencer ao município de Guanambi. (Anexos da Lei Nº 628, de 30 de dezembro de 1953)

10.039 de 03 de julho de 2006 – que exemplifica as regras para proteger e incentivar a preservação do patrimônio cultural na Bahia. Criando formas oficiais para registrar e cuidar dos bens culturais, como espaço preservado, tombamento e registros especiais, além de organizar os órgãos responsáveis por essas decisões e manter registros detalhados no IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão de preservação.

No que se refere ao municipal, no Plano Diretor Participativo do Município de Guanambi (2007), criado na gestão do Prefeito Nilo Augusto Moraes Coelho à época, o Solar dos Barros é citado entre os bens culturais de relevância histórica, juntamente com a Serra de Mutãs, a Lagoa da Espera e outros marcos patrimoniais do município.

Por ora, o patrimônio não pode ser compreendido sem referência às políticas de preservação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde o Decreto-Lei nº 25 de 1937, estabeleceu os instrumentos jurídicos de proteção que, em âmbito federal, ainda permanecem como base da política patrimonial no Brasil. Essas legislações, ampliadas por normas estaduais e municipais, demonstram que a preservação do patrimônio é um campo em disputa, em que interesses políticos, econômicos e sociais se entrelaçam com a dimensão simbólica e identitária. Com esse panorama teórico, torna-se possível analisar o Solar dos Barros não apenas como construção material, mas como patrimônio em disputa, que reúne memórias, identidades e significados múltiplos, ora reafirmados, ora silenciados.

## CAPÍTULO I

### 2. O SOLAR DOS BARROS: contexto histórico e arquitetônico

O distrito de Mutãs (mapa 1) onde está localizado o Solar dos Barros, pertencente ao município de Guanambi, localizado no sudoeste baiano, possui formação rural, marcada pelas práticas agrícolas e pela organização social comunitária. De acordo com o censo de 1950 o referido distrito contava com 568 habitantes, hoje conta-se com 7.794 habitantes segundo o censo de 2022 (IBGE, 2022).

Mapa 1 – Localização de Mutãs em relação a Guanambi.



Fonte: Google Maps, 2025.

O processo de ocupação da região, sobretudo por povos indígenas, remonta a períodos muito anteriores à formação administrativa do território, havendo evidências arqueológicas que indicam a datação da ocupação humana na área de Caetité - distante cerca de 40,3 km do município de Guanambi, com acesso principal pela BR-030 - em aproximadamente 11 mil anos. Já o processo de formação do distrito, enquanto unidade político-administrativa, remonta ao final do século XIX e início do século XX, em decorrência das dinâmicas econômicas e sociais da região, a exemplo dos fluxos da pecuária, da agricultura e das trocas comerciais entre vilas e povoados. A formação social do distrito esteve vinculada não apenas à presença de diversas famílias, cujos modos de vida e patrimônios edificados deixaram marcas na paisagem, mas também às hierarquias sociais então estabelecidas. Entre essas marcas, o Solar dos Barros (fotografias 1 e 2) destaca-se como referência arquitetônica e simbólica, refletindo as hierarquias sociais e as transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX (fotografia 3).

**Fotografia 1 - Fachada do Solar dos Barros, sem datação.**



**Fonte: Blog do Latinha, 2015. Autor Desconhecido, s.d.**

**Fotografias 2 e 3 – Vista das ruínas do casarão Solar dos Barros.**



**Fonte: Blog do Latinha, 2020.**

Contribuindo significativamente na área da educação, o distrito contou com a Primeira Escola Estadual Mista Rural de Mutãs, criada em 1925. Diversos professores que atuaram nessa instituição foram posteriormente transferidos para a Escola Getúlio Vargas, localizada no município de Guanambi, considerada a segunda escola mais antiga da região (Teixeira, p. 81, 2018). No âmbito social, político e cultural, destaca-se ainda a presença de uma comunidade remanescente de quilombo, denominada Fazenda Queimadas, situada a 7,3 km do referido distrito e certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2015. (Teixeira, p. 129, 2019)

Diante a formação do referido distrito, segundo o autor Domingos Antônio Teixeira, em sua obra “Respingos Históricos” (1991):

no dia 1º de janeiro de 1945 entrou em vigor, em todo país, novo Quadro Territorial. Nenhuma alteração houve nos limites de Guanambi, apenas registrou-se a mudança da denominação de vilas e distritos: Itaguassu o de “MUTANS”[...] procurando conservar a origem primitiva dominação de “Lagoa da Espera”, porque, sendo recomendada a adoção de uma palavra tupi ligada à origem da povoação[...]. (Teixeira, 1991, P. 81)

O Solar dos Barros é uma edificação que se destaca pelo porte e pela imponência em relação às construções do entorno, tornando-se símbolo do distrito. Construído em contexto ainda pouco documentado, mas associado à presença de diversas famílias locais, o casarão evidencia elementos arquitetônicos típicos das residências senhoriais rurais do interior baiano, combinando funções residenciais, econômicas e de representação social.

Ao longo do tempo, o Solar passou por transformações em seus usos e significados. Em um primeiro momento, funcionou como residência de destaque, articulada à vida social e econômica de Mutãs. Posteriormente, incorporou novas funções, como Correios e Telegráfos, vivenciando ao longo dos anos períodos de abandono e desgaste. (Teixeira, p.188, 2018). Atualmente, encontra-se em situação de ruína, evocando memórias de um passado silenciado e, ao mesmo tempo, expondo os desafios da preservação patrimonial em comunidades interioranas.

No ano de 2008 em parceria com a Prefeitura Municipal de Guanambi, uma comissão formada por Haroldo Barros, Adalgísio Lélis, Michel Macêdo (Arquiteto e Urbanista) e pelo Diretor de Comunicação da Fundação Joaquim Dias Guimarães, José Carlos Lélis (Linha), apresentaram uma proposta de projeto cujo o objetivo central era a restauração do Solar dos Barros. Tal proposta consiste em estabelecer, por meio da implementação de políticas públicas de preservação e uso coletivo, linhas de atuação que buscam articular o campo técnico, cultural e comunitário no processo de revalorização do patrimônio uma destinação socialmente significativa ao imóvel (Lélis, 2008).



informação apresentada no Memorial Descritivo do projeto de restauração.

A edificação apresenta paredes estruturais em adobe (fotografias 5 e 6) e tijolo comum (fotografias 7 e 8) associadas ao emprego de rebocos de argamassa mista e pisos originais em ladrilho hidráulico, tabuado de madeira de lei e a utilização de cobogós, materiais característicos de construções dos anos 1960. Entretanto, através do estado de ruínas é possível ver camadas construtivas claramente expostas, por conta disso, levante-se a hipótese de que o imóvel em questão é possivelmente antes dos anos 60.

**Fotografias 5 e 6 – Paredes em Adobe da parte interna do imóvel.**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

**Fotografias 7 e 8 - Paredes de tijolo comuns, cerâmicos.**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

Outros elementos visíveis no imóvel, como esquadrias externas, confeccionadas em madeira maciça, muitas vezes com bandeiras envidraçadas, reforçam o caráter artesanal da obra e a relação com a estética do sobrado. O sistema de cobertura é composto por estrutura em madeira e telhas cerâmicas do tipo colonial, cuja substituição por peças similares foi prevista no projeto de restauração.

A utilização de pedras na base do imóvel, utilizadas como elemento estrutural e parte da fundação, são possíveis indicativos, também, de que esta construção é anterior ao século XX. A forma como as pedras estão dispostas (fotografia 9), se assemelham ao Canjicado, um tipo de alvenaria em pedras irregulares intercaladas, muito utilizado no período colonial (Iphan, 2000). Na imagem, a base em pedras parece ter recebido um reforço posterior em argamassa.

Além das características construtivas, a própria denominação “solar” retoma tempos anteriores aos anos 1960, como indica Andrade (2021): a palavra solar era utilizada para relacionar uma edificação de uso familiar de nobreza ou a edificações de destaque no conjunto urbano. Não há uma afirmação do uso da palavra, mas suposições a seu respeito e utilização crescente a partir do século XX, mas utilizado para designar construções específicas:

Apesar do uso dessa nomenclatura para designar casas senhoriais ludovicenses surja no século XX, ela geralmente se refere a uma edificação construída em um período anterior ao ecletismo ou seguindo a lógica da “arquitetura colonial”, como forma de diferenciação dos palacetes. (2021, p. 57)

**Fotografia 9 – Estrutura em pedra, indicando a construção anterior aos anos 1960.**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.



## CAPÍTULO II

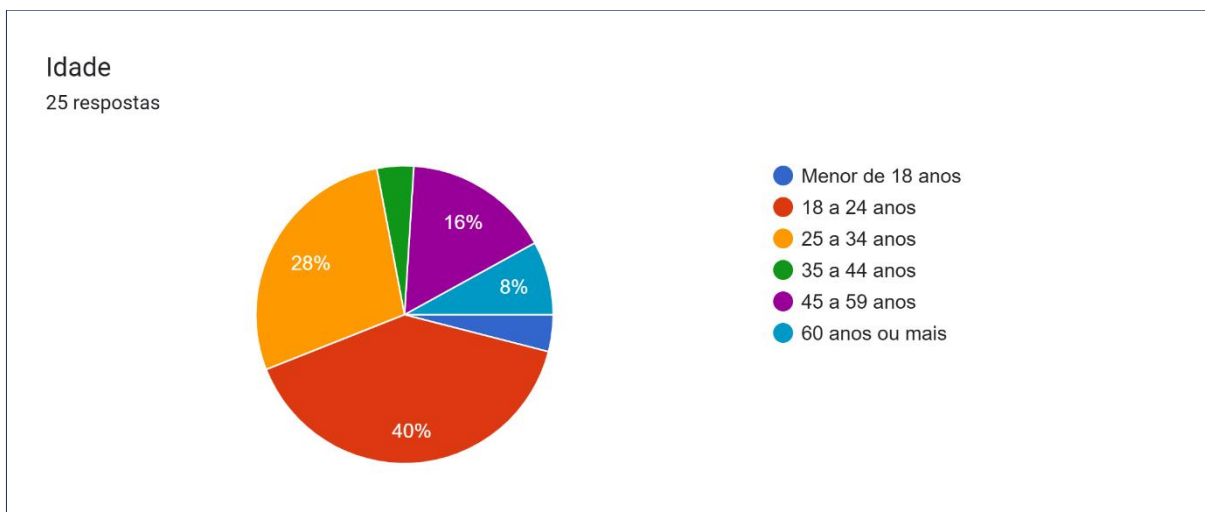
### 3. MEMÓRIAS MUTANENSES: patrimônio, memória viva.

O patrimônio histórico assume, para a comunidade, um papel muito além de sua materialidade; constitui um referencial simbólico de memória, identidade e pertencimento. O casarão objeto deste estudo é um exemplo emblemático dessa função, pois carrega em suas paredes, pisos e ornamentos traços da trajetória social, cultural e econômica de Mutãs. A presença do imóvel na memória coletiva não se limita à recordação de fatos passados, mas sustenta a narrativa de uma história local compartilhada, funcionando como um elo entre gerações e como espaço de experiências simbólicas que fortalecem a identidade comunitária. Nesse sentido, a preservação do casarão não se justifica apenas pelo valor arquitetônico ou estético, mas sobretudo pelo papel que desempenha na manutenção das histórias, das lembranças e do sentimento de pertencimento da comunidade.

O estado atual de ruína do casarão é resultado de um conjunto de fatores interligados, que envolvem o tempo, a negligência de diversas gestões municipais e a ausência de políticas de conservação eficazes. A degradação estrutural evidencia a vulnerabilidade do patrimônio diante da ação do tempo e da falta de manutenção sistemática. Elementos construtivos, como a madeira, a alvenaria e o revestimento original, foram comprometidos pelo desgaste natural, pela ação de intempéries e, muitas vezes, pela omissão institucional, o que demonstra como a fragilidade física do bem se alia à fragilidade política e social que cerca sua preservação. Além disso, o uso diverso do espaço ao longo do tempo, por diferentes moradores e finalidades, contribuiu para modificações que, ainda que históricas, nem sempre respeitaram os princípios de conservação patrimonial, acentuando o processo de deterioração.

Esses relatos cotidianos, embora aparentemente marginais, são fundamentais para a constituição da identidade local, pois reforçam os vínculos afetivos da comunidade com o casarão. Assim, o Solar dos Barros transcende sua condição de ruína material e se torna elemento estruturante da memória mutanense, funcionando como marcador de pertencimento e testemunho das transformações históricas vivenciadas pelo distrito. As respostas ao formulário em questão aplicado também revelam a preocupação da comunidade quanto ao destino do casarão. Em torno de 25 pessoas responderam o formulário de acordo com o gráfico abaixo (Gráfico 1) com faixa etária entre 18 e 60 anos, cerca de 72% dos entrevistados defendem sua reforma ou reconstrução, preservando ao máximo suas características originais, de modo que se torne espaço de convivência, estudo e valorização cultural.

**Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados**



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

As propostas incluem transformá-lo em “museu, centro cultural” como apresenta o morador Luiz Fernando. Tais expectativas evidenciam a visão comunitária de que o patrimônio deve servir como instrumento de preservação da memória, mas também como espaço vivo de produção cultural. A problemática central que emerge dessas falas é a contradição entre o valor simbólico atribuído pela comunidade e a ausência de políticas efetivas de preservação. Se, por um lado, os moradores reconhecem a importância histórica, cultural e arquitetônica do Solar dos Barros, por outro, a realidade de abandono e ruína evidencia os limites da ação pública em relação ao patrimônio no interior baiano. Essa tensão mostra que a preservação do casarão não é apenas um desafio técnico ou administrativo, mas também um campo de disputa social, no qual memória, identidade e políticas culturais se entrelaçam.

O conceito de memória coletiva, formulado por Maurice Halbwachs (1990)<sup>3</sup>, constitui um dos pilares desta pesquisa. Para o autor, a memória não é apenas individual, mas construída no interior de grupos sociais que fornecem quadros de referência para recordar, interpretar e transmitir experiências. No caso do Solar dos Barros, a memória coletiva encontra-se materializada, ou seja, na própria edificação, quanto na memória de cada um, sendo essencial pois funcionam como pontos de ancoragem, garantindo que narrativas e identidades de uma comunidade sejam transmitidas entre gerações. Assim, lembrar é sempre um ato social a recordação de um indivíduo só ganha sentido porque está inserida em uma rede de relações e significados partilhados.

Complementando essa abordagem, Pierre Nora (1993) introduz a noção de lugares de memória (*lieux de mémoire*). Para ele, em sociedades onde a tradição já não se transmite de

forma espontânea, os bens culturais assumem o papel de concentrar e cristalizar lembranças. O Solar dos Barros é um exemplo, pois trata-se de lugares que funcionam como marcos simbólicos e também mantêm viva a identidade coletiva em contextos de constante transformação. Essa perspectiva ajuda a compreender como as ruínas do casarão não são apenas estruturas físicas, como também as paisagens que contemplam o cenário são representações carregadas de valores, sentimentos e memórias que resistem ao tempo.

As narrativas da comunidade de Mutãs revelam a multiplicidade de sentidos atribuídos ao casarão de acordo Nora (1993) como lugares de memória, que vão desde sua função estratégica no século XIX até seu papel como espaço de sociabilidade e religiosidade. Um dos entrevistados afirma que o casarão teria sido construído próximo à Lagoa da Espera por razões estratégicas, servindo como ponto de descanso para tropeiros que circulavam pela região no século XIX. Esse depoimento demonstra como a memória popular associa o Solar a um espaço de circulação, encontros e trocas.

Outros relatos destacam usos variados do Solar, como agência dos Correios e Telégrafos, Igreja protestante e até local de arranjos matrimoniais, como contou a moradora Brenda Fiuza, *ouvi dizer que já foi local onde muitas moças se arrumavam para casar, minha vó foi uma delas*. Esses testemunhos evidenciam que o casarão ultrapassou a função residencial, tornando-se espaço polissêmico, capaz de incorporar diferentes dimensões da vida social de Mutãs. A presença do Solar dos Barros na memória coletiva dos moradores é expressa também nas narrativas de infância e convivência. Há quem recorde o casarão como espaço de brincadeiras e lazer, ou mesmo como cenário de histórias sobrenaturais que circulavam entre os jovens, como relata o morador Breno Alves - *quando adolescente eu e meus amigos brincava de esconde esconde lá, segundo a gente, aparecia coisas sobrenaturais lá*.

A abordagem de José Reginaldo Gonçalves, em sua obra *A Retórica da Perda* (1996), contribui significativamente para fundamentar a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural, ao evidenciar como os discursos oficiais e intelectuais muitas vezes mascaram a ausência de ações concretas de proteção e valorização. A exemplo do Plano Diretor Participativo do município, uma vez que, é posto acerca da preservação e proteção de determinadas áreas incluindo o Solar dos Barros, a Lagoa da Espera e a Serra de Mutãs oficialmente através deste documento, entretanto observamos que essa preservação não acontece na prática. Gonçalves destaca que as narrativas sobre o patrimônio frequentemente reforçam uma visão idealizada de perda e recuperação, mas negligenciam a implementação de políticas públicas efetivas e o envolvimento comunitário na preservação.

Nesse sentido, vale ressaltar que a preservação de um patrimônio não deve se limitar ao discurso, mas requer ações que considerem as estruturas sociais, econômicas e culturais que sustentam esses bens, logo, as políticas públicas precisam existir e serem direcionadas à sua finalidade. Essa perspectiva reforça a importância de uma gestão participativa e de políticas integradas para evitar a degradação e garantir a continuidade da memória e identidade comunitária.

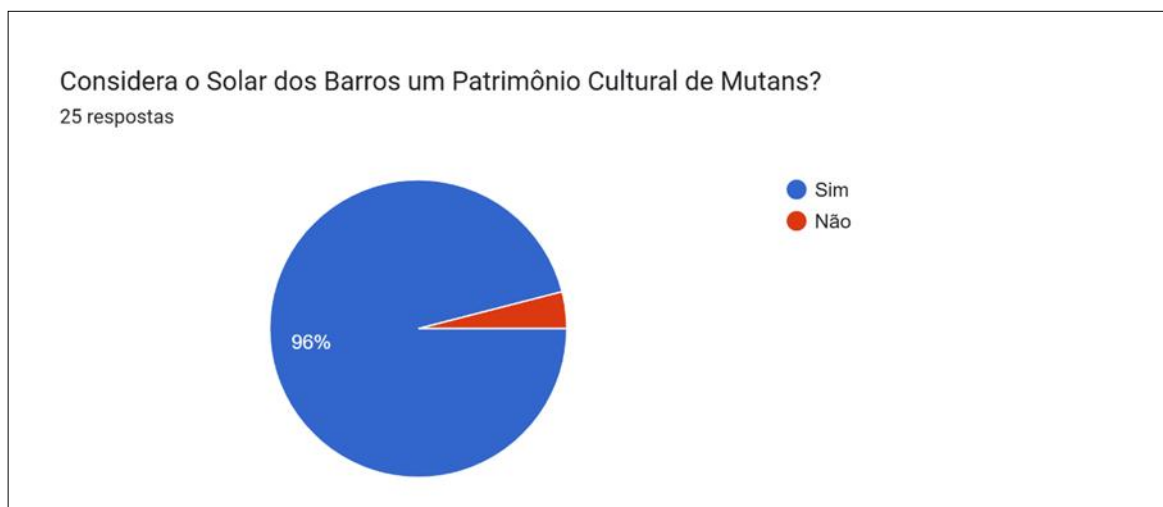
Michael Pollak (1989; 1992) amplia a discussão ao destacar que a memória é sempre plural, marcada por disputas, silenciamentos e esquecimentos. Para o autor, cada grupo social constrói suas próprias narrativas sobre o passado, o que gera conflitos entre memórias dominantes e memórias subterrâneas. É evidente quando observamos essas disputas e silenciamentos através das diversas gestões que administram o casarão, a luta pelo tombamento é constante e desgastante por não existir um retorno, sendo de interesse político e economicamente para as instituições responsáveis essa seleção do que deve ou não ser lembrado. Esse olhar é fundamental para o estudo do patrimônio: o valor de um bem não reside apenas em sua materialidade, mas também nas narrativas conflitantes e nas disputas simbólicas que o cercam.

Para Manoel Luiz Salgado Guimarães (2012), o patrimônio deve ser entendido como processo de significação e não apenas como um objeto estático de conservação. O estudo do patrimônio histórico e cultural exige a compreensão de suas dimensões materiais e imateriais, assim como da relação intrínseca que estabelece com a memória coletiva e a identidade social. Para Guimarães (2012):

O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa igualmente pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. (Guimarães, 2012, p. 19)

O Solar dos Barros constitui-se como um dos principais marcos identitários do distrito de Mutãs, sendo reconhecido pela comunidade como elemento simbólico de pertencimento, como um patrimônio cultural de Mutãs (gráfico 2). A simples visualização de uma fotografia do casarão, ainda que desprovida de legenda, é suficiente para que se identifique imediatamente o local e sua referência – o “Casarão de Mutãs”. Tal reconhecimento ultrapassa a mera familiaridade espacial, pois revela a dimensão social e afetiva que o edifício assume para os moradores. O casarão guarda e expressa as marcas do tempo histórico, configurando-se como um bem que transcende o espaço-tempo ao refletir, em sua materialidade, as transformações e o modo como a própria comunidade se estruturou ao longo dos anos.

**Gráfico 2 - Questão do formulário aplicado em questão**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

A condição de ruína também merece destaque no campo do patrimônio. Gonçalves (1996) reflete sobre como as ruínas evocam tanto a presença quanto a ausência, funcionando como espaços de memória intensificados pela sensação de perda. A ruína mobiliza afetos e discursos sobre preservação, pois ao mesmo tempo em que remete a um passado histórico, denuncia o abandono e a fragilidade da memória coletiva.

Essa perspectiva é especialmente relevante para o estudo do Solar dos Barros, pois possibilita compreender o casarão não apenas como ruína material, mas como espaço vivido, narrado e ressignificado pela comunidade de Mutãs. Os relatos orais, ao articular lembranças individuais e experiências coletivas, permitem acessar dimensões “subterrâneas” da memória — aquelas que não aparecem nos documentos oficiais, mas que revelam aspectos profundos da vida social. Essa observação é essencial para esta pesquisa, pois as lembranças dos moradores de Mutãs sobre o Solar dos Barros não se limitam a fatos oficiais, mas incluem narrativas subterrâneas que revelam dimensões esquecidas ou silenciadas da história local.

O estado atual de ruína do casarão é resultado de um conjunto de fatores interligados, que envolvem o tempo, a negligência de diversas gestões municipais e a ausência de políticas de conservação eficazes. A degradação estrutural evidencia a vulnerabilidade do patrimônio diante da ação do tempo e da falta de manutenção sistemática. Elementos construtivos, como a madeira, a alvenaria e o revestimento original, foram comprometidos pelo desgaste natural, pela ação de intempéries e, muitas vezes, pela omissão institucional, o que demonstra como a fragilidade física do bem se alia à fragilidade política e social que cerca sua preservação. Além disso, o uso diverso do espaço ao longo do tempo, por diferentes moradores e finalidades, contribuiu para modificações que, ainda que históricas, nem sempre respeitaram os princípios

de conservação patrimonial, acentuando o processo de deterioração.

### CAPÍTULO III

#### 4. ENTRE A RUÍNA E A ESPERANÇA: a problemática da preservação e restauração do Solar dos Barros

O Solar dos Barros (fotografias 11 e 12), apesar de sua relevância histórica e simbólica, encontra-se em situação de fragilidade estrutural, evidenciando o abandono característico de muitos patrimônios do interior baiano. Como apontam os moradores, a degradação do casarão expressa não apenas a ação do tempo, mas sobretudo a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para sua preservação. Essa condição ameaça não somente a integridade material da edificação, mas também a memória coletiva que ela sustenta, uma vez que a preservação do patrimônio depende de suportes concretos para que a memória seja transmitida entre gerações.

**Fotografia 11 - Solar dos Barros, sem datação.**



Fonte: Blog do Latinha, 2020. Autor desconhecido, *s.d.*

**Fotografia 12 - Solar dos Barros em 2025 em estado de ruínas.**



**Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.**

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, podendo ser feito pela administração federal, estadual ou municipal. Seus preceitos fundamentais permanecem atuais e em uso até os dias de hoje. A restauração e a reutilização social do casarão aparecem como caminhos possíveis para garantir sua permanência, transformando-o em espaço de valorização cultural.

Mesmo em estado de ruína, o Solar dos Barros continua a exercer papel fundamental como marco simbólico da comunidade. As paredes desgastadas e a estrutura comprometida não eliminam sua força simbólica; ao contrário, intensificam a sensação de perda iminente, mobilizando os moradores em torno da urgência de preservação.

A problemática central consiste em conciliar a preservação de sua história com a necessidade de revitalização do espaço, garantindo que o casarão possa continuar servindo como referência cultural para Mutãs. A tensão entre ruína e memória, abandono e esperança, revela-se, assim, o cerne da questão patrimonial que envolve o Solar dos Barros: preservar não é apenas conservar pedras e paredes, mas garantir a permanência das histórias e identidades que nele se inscrevem.

Tal inclusão representa um reconhecimento institucional da importância do casarão como patrimônio histórico-cultural, vinculando sua preservação à política municipal de ordenamento territorial e à função social da propriedade, em consonância com o que

estabelece o Estatuto da Cidade. Nesse sentido, o documento garante respaldo jurídico à conservação do imóvel e legitima propostas de intervenção, como o projeto de restauração de 2008, que previa sua requalificação como centro cultural e comunitário.

Entretanto, a análise crítica evidencia que o Plano Diretor, que precisa ser atualizado de 10 em 10 anos, e obrigatório em municípios com mais de 20 mil habitantes, que embora reconheça o valor do Solar dos Barros, o faz de maneira genérica e sem apresentar diretrizes específicas para sua conservação, financiamento ou gestão. O casarão aparece apenas como um dos elementos a serem preservados, sem detalhamento sobre tombamento, manutenção preventiva ou possibilidades de reuso adaptativo. Tal lacuna revela uma fragilidade recorrente em políticas de preservação em municípios do interior: a distância entre o discurso normativo de valorização patrimonial e a efetiva execução de ações de conservação.

Para compreender plenamente o significado do Solar dos Barros, é necessário inseri-lo em uma perspectiva mais ampla de entendimento do território, conforme discute Pereira (2022). O autor entende que a paisagem é resultado da interação entre a ação humana e o meio natural, configurando-se como espaço simbólico no qual se inscrevem memórias, identidades e práticas sociais. Nesse sentido, a paisagem cultural é composta não apenas por elementos materiais isolados, mas pelo conjunto de relações que a comunidade estabelece com seu território.

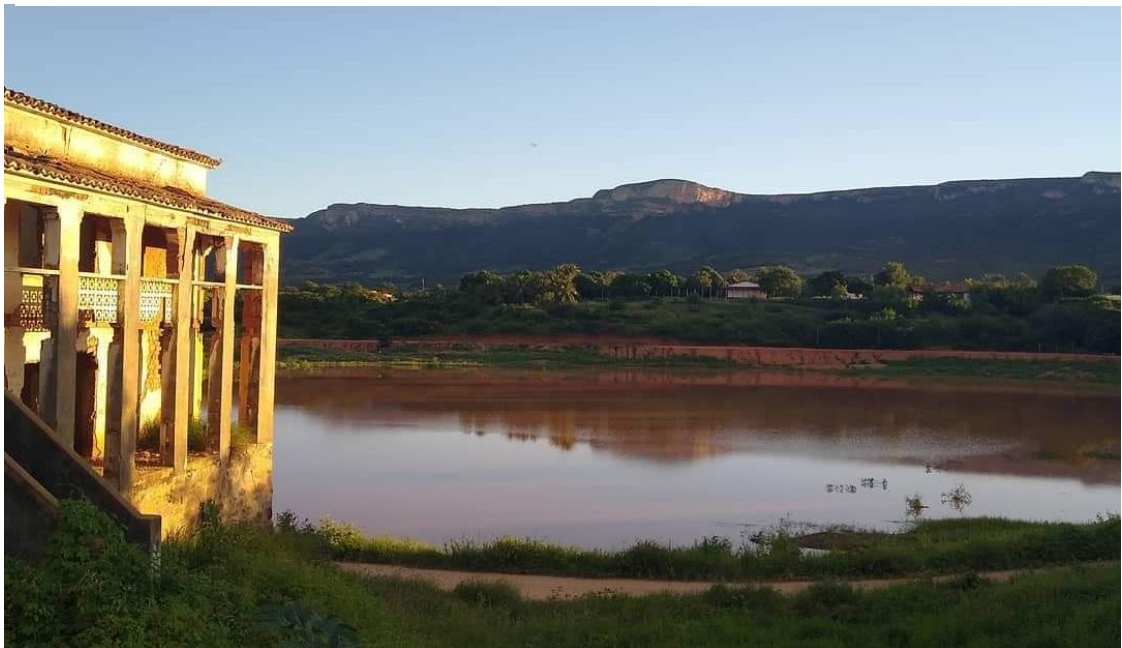
No caso de Mutãs, a paisagem cultural é formada não só pelo Solar dos Barros e sua sobreposição de construções e diferentes usos ao longo do tempo, pela Lagoa da Espera que configura importante marco neste território (fotografia 13) e pela Serra de Mutãs (fotografia 14), mas também pelas demais construções que existem no mesmo território, pela população residente que reconhece o bem como seu patrimônio. O casarão, a lagoa e a serra não existem de forma dissociada, mas constituem uma unidade simbólica que integra natureza, cultura e o cotidiano dos grupos sociais que existem ali. A Lagoa da Espera, associada a práticas sociais e estratégicas da comunidade, a Serra de Mutãs, que delimita o horizonte e serve de referência geográfica e identitária, e o Solar dos Barros, enquanto expressão arquitetônica e histórica, fazem parte de uma paisagem cultural que condensa a trajetória local.

**Fotografia 13 - Lagoa da Espera, 2025.**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2025.

**Fotografia 14 - Parque Estadual da Serra dos Montes Altos/Serra de Mutans, sem datação.**



Fonte: Página “Casarão de Mutãs” no Facebook, 2020.

Assim, o Solar dos Barros não deve ser visto apenas como edificação isolada, mas como parte constitutiva da paisagem cultural mutanense. Sua importância se amplia porque articula a materialidade arquitetônica com o local em que está inserido e com as práticas sociais, constituindo um marco de pertencimento que atravessa gerações e reforça a identidade coletiva do distrito.

Segundo Pereira (2022), a paisagem não deve ser entendida apenas como cenário natural ou como resultado estético da observação, mas como construção histórica que articula natureza e cultura. Trata-se de um espaço simbólico produzido pela interação entre a ação humana e o meio ambiente, no qual se inscrevem práticas sociais, memórias coletivas e identidades.

Ao adotar essa perspectiva, a paisagem cultural deixa de ser um mero pano de fundo e passa a ser concebida como patrimônio em si mesma. Para Pereira (2022), cada elemento — natural ou construído — só adquire sentido quando analisado no conjunto de relações que mantém com os demais componentes da paisagem e com a comunidade que a vivencia. Essa abordagem permite ampliar a reflexão sobre o patrimônio histórico e arquitetônico, como o Solar dos Barros, compreendendo-o não de forma isolada, mas em articulação com o espaço natural e simbólico em que está inserido, e existindo enquanto resultado de diversas práticas sociais. Assim, a Lagoa da Espera, a Serra de Mutãs e o próprio casarão compõem uma mesma paisagem cultural, na qual se cruzam referências ambientais, memórias locais e significados identitários, reforçando que o patrimônio não é apenas edificação ou ruína, mas parte de uma teia de relações simbólicas que une natureza, cultura e sociedade, garantindo à comunidade um sentido de pertencimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a preservação do casarão revela a dimensão política intrínseca ao patrimônio. O conflito entre gestões evidencia que a preservação patrimonial está diretamente vinculada a decisões políticas e interesses institucionais. Essa alternância de posturas demonstra a vulnerabilidade do patrimônio não apenas aos elementos naturais ou ao abandono físico, mas também às disputas de poder, prioridades administrativas e visões divergentes sobre o valor do patrimônio para a comunidade. A instabilidade dessas decisões reforça a necessidade de políticas públicas consistentes, de participação comunitária e de um compromisso institucional de longo prazo, para que a memória coletiva, materializada no casarão, não se perca. Em última instância, o estado de vulnerabilidade em que se encontra o casarão denuncia a complexa relação entre história, memória, política e gestão cultural, mostrando que a preservação do patrimônio depende simultaneamente da valorização social e da ação política consciente e sustentada.

Ao longo desta pesquisa, busca-se articular teoria e prática, evidenciando que a análise do patrimônio histórico exige tanto o embasamento conceitual quanto a escuta das vozes da comunidade que o reconhece e ressignifica, constata-se que a base da memória é a oralidade. Vale a pena ressaltar que o contexto histórico de Mutãs e do Solar dos Barros, situa o casarão como expressão da trajetória local e como símbolo da formação social da comunidade. Sua materialidade, usos diversos e trajeto de transformações ao longo dos anos revelam que o patrimônio não é estático, mas acompanha as dinâmicas históricas que o cercam. O patrimônio é movimento, nunca linear.

Foram analisadas as narrativas dos moradores da comunidade, que evidenciam a pluralidade de significados atribuídos ao casarão. As lembranças de infância, os relatos de usos sociais, religiosos e comerciais, bem como as expectativas quanto ao seu futuro, reforçam que a memória coletiva é viva, múltipla e fundamental para a valorização do Solar dos Barros. Sendo a memória, tanto individual quanto coletiva, um elemento vivo, é importante destacar que, para além do casarão, torna-se necessário oferecer ao distrito de Mutãs um espaço que efetivamente lhe pertença, ultrapassando os limites administrativos do município de Guanambi. Mutãs não pode permanecer restrito ou invisibilizado; é imprescindível salvaguardar seu patrimônio e sua identidade enquanto território em constante movimento, jamais estático. Nesse sentido, é fundamental romper com discursos e narrativas que reduzem o distrito a algo pequeno e periférico no interior baiano. Desmistificar tais representações constitui um papel social relevante, pois implica reconhecer e valorizar os sujeitos e os bens culturais locais. Mutãs,

ademais, abriga uma das entradas do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos e possui a Lagoa da Espera, paisagem que encanta todos aqueles que chegam à localidade.

Faz-se necessário que as políticas públicas retomem o acesso e a atenção ao distrito, reconhecendo-o como espaço de pesquisa e fonte de conhecimento. A educação patrimonial, em especial, precisa contemplar a população local, sobretudo diante da ausência de aproximação efetiva do município com o distrito no que diz respeito a projetos voltados à educação, em particular à educação patrimonial. Soma-se a isso a escassez de fontes históricas sobre o patrimônio em questão e, em menor medida, sobre o próprio distrito. Mutãs, entretanto, pode e deve ser compreendido como um lugar de produção de saberes e conhecimentos. Nesse sentido, espera-se que a presente pesquisa constitua uma porta de entrada para inúmeras possibilidades de novos estudos e investigações.

Essa limitação se agrava no caso de Mutãs, distrito periférico em relação à sede municipal, que historicamente tem sido marcado por carências de investimento público. Ao não explicitar estratégias de integração do Solar dos Barros com os demais elementos da paisagem cultural – como a Serra e a Lagoa da Espera – o Plano Diretor deixa de explorar um potencial significativo de articulação entre patrimônio construído, meio ambiente e turismo cultural e ecológico. Assim, embora a inclusão do casarão no documento seja um avanço simbólico, sua eficácia prática permanece restrita, pois não se traduz em políticas concretas capazes de assegurar a preservação e a ressignificação social do bem.

Enquanto moradora do distrito e estudante de História engajada em causas sociais e populares, reconheço que é o povo quem fortalece verdadeiramente uma comunidade. Nesse sentido, proponho o tombamento efetivo do Solar dos Barros, atribuindo-lhe uma função social condizente com as necessidades reais da população. Defendo, igualmente, a atualização do Plano Diretor Participativo do município, garantindo à população o direito a um espaço de “tribuna livre” para expor as demandas da comunidade guanambiense — que carece de um plano de preservação patrimonial e de uma compreensão mais ampla acerca do próprio patrimônio. Além disso, considero fundamental discutir os critérios de seleção dos bens patrimoniais existentes no município. Estou disposta a enfrentar esse desafio, contribuindo com uma atuação crítica e comprometida, que possibilite o surgimento de propostas condizentes com a realidade social de Guanambi, especialmente da comunidade do Distrito de Mutãs.

Esta pesquisa evidencia a complexa problemática que envolve a preservação e a restauração do Solar dos Barros, expondo as tensões existentes entre abandono e esperança, ruína e revitalização. Constatou-se que, embora a comunidade local reconheça o valor

simbólico e histórico do casarão, bem como reivindique sua preservação, persiste uma notável ausência de políticas públicas efetivas que assegurem a continuidade dessa memória coletiva para além do espaço material.

Desse modo, compreende-se que a preservação do Solar dos Barros ultrapassa a dimensão da conservação arquitetônica e técnica. Trata-se de uma ação que busca garantir a permanência das histórias, identidades e memórias que o edifício carrega, configurando-o como um elemento essencial na construção da identidade coletiva de Mutãs. Conforme apontam os teóricos mobilizados ao longo deste estudo, o patrimônio só adquire pleno significado quando reconhecido, apropriado e ressignificado pela comunidade que o vivencia. Assim, o Solar dos Barros se consolida como um verdadeiro lugar de memória, cuja preservação demanda um olhar que transcende o âmbito técnico, abarcando dimensões sociais, culturais, políticas e afetivas.

Além disso, este trabalho contribui para o debate sobre os desafios que permeiam a preservação do patrimônio histórico em pequenas comunidades do interior baiano, chamando atenção para a urgência de políticas públicas integradas, o fortalecimento de iniciativas comunitárias e o incentivo à produção acadêmica comprometida com a valorização da memória coletiva. Que o Solar dos Barros, entre ruínas e lembranças, permaneça resistindo como testemunho da trajetória histórica de Mutãs e como símbolo da importância de preservar o patrimônio que sustenta a nossa própria existência histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cláudia Nunes de Lima e. **Solares ludovicenses: entre a etimologia e a tipologia, a criação de um patrimônio.** 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: </mnt/data/ANDRADE Claudia\_Solares Ludovicenses.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. **Plano Diretor** (2007). Prefeitura Municipal de Guanambi. Guanambi, 2007.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20. 398 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A RETÓRICA DA PERDA. OS DISCURSOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio cultural. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* n 34. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Universidade e lugares de memória.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. 17-39 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Iphan.gov.br. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 9 out. 2025.

IPHAN - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.gov.br.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional>>. Acesso em: 9 out. 2025.

IPHAN- **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Manual de conservação de cantarias. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man\\_ConservacaoCantarias\\_1edicao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoCantarias_1edicao_m.pdf). Acesso em: 18 nov. 2025.

**Legislação | IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.** Ba.gov.br. Disponível em: <<https://www.ba.gov.br/ipac/legislacao>>. Acesso em: 10 out. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Danilo Celso. **PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL: uma análise das políticas públicas brasileiras.** Pista: Periódico Interdisciplinar. Belo Horizonte, v.4, n.1, p. 83-104, fev/jun. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

**Preservação | IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.** Ba.gov.br. Disponível em: <<https://www.ba.gov.br/ipac/preservacao>>. Acesso em: 17set. 2025.

SANT'ANNA, Márcia. **Patrimônio imaterial e referências culturais.** Brasília: IPHAN, 2009.

TEIXEIRA, Maria Soares da Silva. TEIXEIRA, José Bonifácio. **Guanambi:** da cultura, da educação e da vida política. Guanambi: próprios autores, 2018. 406 p.

TEIXEIRA, Maria Soares da Silva. TEIXEIRA, José Bonifácio. **Guanambi:** histórias, memórias e retratos de várias épocas. Guanambi: próprios autores, 2019. 490 p.

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Ana Beatriz Domingues Pimentel estudante do curso de Licenciatura/Bacharelado em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado ENTRE RUÍNAS E MEMÓRIAS: O SOLAR DOS BARROS E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM MUTÃS/GUANAMBI-BA é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 01 / 12 / 2025.

Ana Beatriz Domingues Pimentel - 062210161

Nome do(a) Discente – N° de Matrícula

## DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Ana Beatriz Domingues Pimentel estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado ENTRE RUÍNAS E MEMÓRIAS: O SOLAR DOS BARROS E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM MUTÃS/GUANAMBI-BA é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

(  ) NÃO houve o uso de inteligência artificial

(  ) SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

- (  ) revisão linguística do texto
- (  ) elaboração de imagens e gráficos
- (  ) tradução
- (  ) Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Caetité, 01 / 12 / 2025.

Ana Beatriz Domingues Pimentel - 062210161

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula